Congresso faz força, mas não vota

Com a presença de 45 parlamentares apenas, o Senado conseguiu ontem adiantar a pauta de votação prevista para esta semana, dentro do chamado "esforço concentrado". Na Câmara registouse a presença de somente 155 deputados e os dois itens da Ordem do dia considerados polêmicos foram adiados por falta de parecer dos relatores. Sem quorum, não foi possível votar sequer a mensagem do Executivo que retira de pauta o Estatuto do Servidor Público, já aprovado, em caráter terminal, pelas comissões técnicas. Collo quer que o projeto de lei, apresentado no dia 28 de junho passado, com uma outra porposta, tenha a tramitação normal.

Os principais líderes governistas só começaram a chegar a Brasília no final da tarde de ontem. Nem mesmo o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, compareceu à sessão. Seu substituto, deputado Inocêncio Oliveira, acredita que possam deliberar na sessão de hoje. A ausência de deputados alinhados ao Governo levou o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, a supor uma possível "desmobilização" por parte do Palácio do Planalto, mas o líder Renan Calheiros chegou a tempo de desmenti-lo. Todavia Ricardo Fiúza, líder do PFL, também alinhado, disse que

faria tudo para evitar a votação do projeto de lei que estabelece como crime de usura a cobrança de juros superiores a 12 por cento.

A falta dos pareceres dos principais projetos da pauta — juros a 12 por cento e Lei Agrícola — surpreendeu o plenário. O autor do primeiro, Gastone Righi, chegou a se irritar com o relator, José Lourenço, pediu mais 24 horas para concluir seu relatório. O projeto poderá ser votado na segunda quinzena deste mês.

Os senadores, por sua vez, aprovaram diversos projetos sem qualquer impacto, como decreto legislativo que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional autorizando a emissão de papel-moeda, no exercício de 1986, no valor de até 13 bilhões de cruzados e o texto do convênio entre Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, sobre a constituição do Comitê Regional de Sanidade Vegetal.